



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 96/XIII/ 2.ª SL

Aos 04 dias do mês de abril de 2017, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

Audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

II PARTE

1. Informações.

2. Grupo de Trabalho - Escrutínio das Iniciativas Europeias: propostas de deliberações.

3. Apreciação e votação de Pareceres da CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU E AO CONSELHO NOVAS INICIATIVAS OPERACIONAIS NA COOPERAÇÃO ENTRE A UE E A TURQUIA NO DOMÍNIO DA MIGRAÇÃO - COM(2016)166, objeto de relatório da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.

Deputada Autora de Parecer: Rubina Berardo (PSD)

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo para envio

b) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a Decisão de Execução do Conselho, de 12 de maio de 2016, que estabelece uma recomendação quanto à realização de controlos temporários nas fronteiras internas em circunstâncias excecionais que ponham em risco o



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 96/XIII/ 2.ª SL

funcionamento global do espaço Schengen - COM(2016)635, objeto de relatório da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.

Deputado Autor de Parecer: Duarte Marques (PSD)

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo para envio

4. Nomeação de Deputados Autores de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis (reformulação) - COM(2016)767, objeto de relatórios da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas e da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação.

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao autor permanente do Dossiê VII, Maria Luís Albuquerque (PSD)

Iniciativa sinalizada pela CAE - Protocolo 2 - prazo para envio 17/05/2017

5. Aprovação e votação da ata n.º 94, de 23 de março de 2017.

6. Outros assuntos.

I PARTE

Audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

A Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Europeus deu as boas vindas ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e à Senhora Secretária de



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 96/XIII/ 2.ª SL

Estado dos Assuntos Europeus, agradecendo a presença e dando conta da metodologia da audição.

Na sua intervenção inicial o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros abordou o tema Brexit, referindo que após acionamento do artigo 50.º do Tratado de Lisboa, as diligências políticas com o Reino Unido centraram-se na definição de uma posição, na articulação da situação com Portugal, com encontros bilaterais com os homólogos.

Aludiu ainda à forma como Portugal agirá tendo em conta as condições da negociação com o Reino Unido: será 1 entre os 27 Estados-Membros, pelo que a negociação é entre a União Europeia e o Reino Unido, sem intervenções laterais; o objetivo é chegar a um acordo equilibrado, apesar de um processo difícil pela sua novidade e complexidade e que implica o empenho máximo para controlo custos e danos que daí possam advir.

Esclareceu também que os cidadãos são a prioridade destas negociações e que o objetivo é acordar os termos em que serão acautelados os direitos dos portugueses residentes no Reino Unido. Mencionou também a necessidade de, desde início, ambas as partes se comprometerem reciprocamente e de forma inequívoca com o espaço europeu de segurança e defesa.

Em geral, os pontos da negociação da União Europeia coincidem com os de Portugal, embora com ênfase nas diligências que visam assegurar os interesses da comunidade portuguesa residente no Reino Unido, reforçando os meios consulares, realizando encontros com as comunidades, trabalhando em concreto ao nível dos serviços para sensibilizar as autoridades do Reino Unido a tranquilizar os residentes, sobretudo desburocratizando o pedido de autorização permanente de residência.

Referiu ainda a candidatura portuguesa, em curso, para receber a Agência Europeia do Medicamento.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 96/XIII/ 2.ª SL

Na apreciação do próprio processo do Brexit, focou que este é um processo cheio de incertezas, mas é necessário manter a atitude de unidade da União Europeia, referindo o Conselho Europeu Extraordinário do próximo dia 29 de abril e reforçando a ideia dos interesses especiais de Portugal relativamente à sua comunidade residente, preservação da afinidade entre Portugal e o Reino Unido, sobretudo o posicionamento atlântico e relações económicas, com referência à PARSUK - Associação de Investigadores e Estudantes Portugueses no Reino Unido, ao Centro Internacional de investigação para o clima, energia, espaço e oceanos e o Centro de Segurança do Atlântico.

Na primeira ronda de questões, intervieram os Senhores Deputados:

Miguel Morgado (PSD): referiu-se à dupla prioridade no Brexit, primeiro de salvaguardar os cidadãos portugueses residentes no Reino Unido e ao facto de qualquer forma de discriminação ser intolerável, e preservar a relação de aliança com o Reino Unido. Nesse sentido, mencionou que a negociação deveria ser coletiva e solidária, sem acordos laterais que podem ser prejudiciais, e sem retaliação; questionou se a referência à segurança e defesa é uma condição ou um compromisso inequívoco; mencionou ainda a necessidade de negociar já com um cenário previsto e não em duas fases consecutivas que significariam primeiro a saída e depois a negociação das condições; referiu-se ao estudo de impacto sobre os custos do Brexit encomendado pelo Governo espanhol, perguntando ao Senhor Ministro se Portugal tem algo semelhante neste momento; aludiu ainda à Europa a duas velocidades, à política de segurança e defesa e articulação com a NATO, referindo o compromisso de Gales, questionando o Governo sobre o que está preparado em Portugal nesta matéria, que participação terá Portugal no Fundo Europeu de Defesa e na cooperação estruturada e o porquê da discussão da Europa a várias velocidades na área da Defesa, e se implica a União Económica e Monetária, apresentando os riscos da cisão para a zona euro.

Vitalino Canas (PS): saudou a Declaração de Roma, subscrita pelos Estados-Membros, referindo que Portugal se revê nos objetivos, o ambiente de



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 96/XIII/ 2.ª SL

distinção que se vive após as eleições holandesas, apesar do distanciamento que agora se observa por parte da Polónia. Relativamente ao Brexit, considerou que o Reino Unido deve fazer uma saída ordeira da União, com a definição clara das fases de negociação, não sendo possível considerar um período transitório em que o Reino Unido fique desonerado de cumprir as suas obrigações mas é possível analiticamente distinguir duas fases na negociação; referiu-se também ao Livro Branco da Comissão Europeia e aos cenários traçados serem claros e as opções portuguesas se situarem nos cenários 3, 4 e 5; mencionou ainda o cenário a duas velocidades e necessidade de Portugal recusar a situação de diretório de alguns Estados, que recusam cenários de cooperação reforçada; terminou ainda com o tema de segurança e defesa, não sendo uma matéria prioritária para Portugal mas que deve ser acompanhada, uma vez que não há coincidência entre os Estados-Membros da União e NATO, não sendo possível que a UE seja o pilar europeu da NATO.

Isabel Pires (BE): mencionou o Brexit e os assuntos que surgem com esta situação, nomeadamente as garantias da comunidade portuguesa, o que resultará desta negociação nesse sentido e os ataques xenófobos que existem; o problema das independências em Estados da União impulsionados pelo processo de negociação de saída, sobretudo o caso de Espanha; o compromisso recíproco em matéria de Segurança e Defesa embora não deva ser uma prioridade em nenhum Estado-Membro; os cinco cenários do Livro Branco da Comissão Europeia, referindo que já não existe uma Europa convergente a uma só velocidade mas já se vê como inevitável uma Europa a várias velocidades, o que confunde o que se quer do projeto europeu, o estado da União é confuso para que se possam tirar benefícios de diferentes cenários; considerou ainda que evitar o diretório, a ideia de países a liderarem outros e que definem políticas na EU, já existe há muito tempo, e por isso continuar o caminho até agora feito não é uma solução; por fim, referiu-se aos refugiados e ao seu papel central nas políticas europeias, subsistindo algumas dificuldades em países como a Hungria, questionando ainda, dentro desta temática, em que ponto está o acordo com a Líbia.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 96/XIII/ 2.ª SL

Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP): congratulou as palavras do Governo sobre o Brexit, referiu que o CDS-PP pedirá à Comissão para continuar a acompanhar o assunto, referindo-se à estrutura apresentada pelo Governo para seguir este tema perguntando qual a sua composição e funcionamento; questionou sobre a inexistência em Portugal de um estudo de impacto das relações económicas no quadro do Brexit e pergunta se ainda é possível que este estudo seja realizado; colocou ainda questões sobre o agravamento ou não da relação entre o Senhor Ministro e o seu homólogo no Reino Unido, e se há preocupação com a evolução deste dossier; congratulou também a realização da Cimeira de Roma e os futuros cenários, estando em causa aquilo que cada Estado quer que seja a UE; colocou também três questões relativas ao que quer Portugal para a UE e se haverá um envolvimento mais alargado do Governo nesta matéria, qual a posição dos apoios ao Governo sobre estes temas e a contrariedade de aceitar uma Europa a uma velocidade com uma política de defesa após a conclusão da União Económica e Monetária que Portugal não poderá acompanhar, e ainda, o que significa para o Governo estar na linha da frente nestas matérias. Finalizou referindo-se a Cabo Verde e questionou o Governo sobre a sua presença no Conselho da Europa.

Miguel Tiago (PCP): considera que o debate atual parece desajustado à realidade que se vive, sendo idealista e desenraizado sobre uma UE que nunca existiu; mencionou que os problemas que existem hoje são fatores exógenos à UE e à sua natureza, mas há outros causados pela própria União: Brexit, migrações, refugiados, referindo a integração capitalista como o núcleo dos problemas; mencionou que há contradições e tensões na UE, duvidando do seu futuro, tendo em conta o seu passado; referiu-se ao caminho de construção da União prostrado pelo neoliberalismo, concentração de poder económico e político e cinco cenários que não apresentam soluções diferentes, continuando uma fuga para a frente; aludiu à ideia de que a União não responde às necessidades dos vários povos, questionou a forma como Portugal se relaciona com o Reino Unido e se se deveria manter uma relação bilateral e a importância de perceber a relação só de Portugal com outros Estados; apresentou ainda preocupações relativamente às questões de



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 96/XIII/ 2.ª SL

segurança e militarismo, vincando que os compromissos de Portugal, incluindo financeiros, devem ser constitucionais e não partir da NATO; finalizou com uma questão sobre a entrada em vigor do CETA, os seus custos e qual o acompanhamento do Governo.

O Senhor Ministro respondeu individualmente às questões apresentadas.

Na segunda ronda de questões, usaram da palavra os Senhores Deputados:

António Costa Silva (PSD): pronunciando-se sobre as relações Portugal – Reino Unido e a necessidade de conhecer o estado do processo do Brexit; o atraso na transposição de diretivas europeias, questionando o seu motivo; os fundos comunitários, o programa Portugal 2020 e acordos de parceria e ainda o Plano Juncker e a justificação para ausência no mesmo dos projetos nacionais sobre regadio e casa eficiente;

Carla Tavares (PS): referiu-se aos cidadãos portugueses no Reino Unido, perguntando ao Senhor Ministro quais as ações que o Governo pensa desenvolver neste âmbito em termos diplomáticos;

Isabel Pires (BE): mencionou o Centro de Segurança do Atlântico; o problema do crescimento dos radicalismos e a sua origem na degradação da ideia de Estado social; os desequilíbrios macroeconómicos, o *country report* e a atuação do governo neste campo;

Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP): questiona o que defendem os apoiantes do Governo face à União Europeia e a necessidade de diálogo e encontro com as autoridades do Canadá e o papel da AICEP no caso do CETA.

O Senhor Ministro e a Senhora Secretária de Estado responderam às questões de forma conjunta.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 96/XIII/ 2.ª SL

A audição foi gravada em vídeo e transmitida em direto pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede (gravação integral disponível em: <http://www.canal.parlamento.pt/?cid=1844&title=audicao-do-ministro-dos-negocios-estrangeiros>)

II PARTE

1. Informações.

A Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Europeus informou os Senhores Deputados do seguinte:

- O Senhor Deputado Manuel Rodrigues foi substituído na Comissão pela Senhora Deputada Ana Elisabete Oliveira, membro efetivo, a quem deu as boas-vindas.
- Por impossibilidade de agenda, o Senhor Presidente do Comité das Regiões não poderá deslocar-se as Lisboa na data prevista (23 de maio). Receberemos em substituição e no mesmo dia o 1.º Vice-Presidente do Comité e futuro Presidente a partir de julho.
- Receberemos também o VP da Comissão, Katainen, para uma audição sobre o Plano Juncker no dia 20 de junho. O Deputado ao Parlamento Europeu José Manuel Fernandes virá, em princípio, no mesmo dia, mas serão realizadas duas audições distintas.
- O GP PSD requereu a discussão do Projeto de Resolução n.º 766/XIII – Regiões Ultraperiféricas na CAE. Aguardamos que seja indicada pelo GP a data oportuna para esta discussão.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 96/XIII/ 2.ª SL

2. Grupo de Trabalho - Escrutínio das Iniciativas Europeias: propostas de deliberações.

Apresentou a Senhora Deputada Isabel Pires (BE) em substituição do Senhor Coordenador do GT-EIE, Deputado Eurico Brilhante Dias, as seguintes propostas de deliberação:

Sinalização à Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa da COM(2017)139 - *COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO BANCO CENTRAL EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Plano de Ação para os serviços financeiros prestados a consumidores: mais qualidade nos produtos, mais escolha e das* COM(2017)144 - *Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adotar, em nome da União Europeia, no âmbito do Comité Misto do EEE sobre uma alteração do Protocolo n.º 31 do Acordo EEE relativo à cooperação em domínios específicos não abrangidos pelas quatro liberdades (Rubrica orçamental 33.02.03.01 - Direito das sociedades),* COM(2017)145 - *Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adotar, em nome da União Europeia, no âmbito do Comité Misto do EEE, sobre uma alteração do Protocolo n.º 31 do Acordo EEE relativo à cooperação em domínios específicos não abrangidos pelas quatro liberdades (Rubrica orçamental 12.02.01. Realização e desenvolvimento do mercado único dos serviços financeiros) e* COM(2017)146 - *Proposta de DECISÃO DO CONSELHO respeitante à posição a adotar, em nome da União Europeia, no Comité Misto do EEE sobre uma alteração do Protocolo n.º 31 do Acordo EEE relativo à cooperação em domínios específicos não abrangidos pelas quatro liberdades (Rubricas orçamentais 02.03.01 «Mercado Interno» e 02.03.04 «Instrumentos de governação do mercado interno»).*



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 96/XIII/ 2.ª SL

Sinalização à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas da COM(2017)142 - *Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que visa atribuir às autoridades da concorrência dos Estados-Membros competências para aplicarem a lei de forma mais eficaz e garantir bom funcionamento do mercado interno*

Uma vez colocadas à votação e discussão, as propostas de deliberações do Grupo de Trabalho foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do GP do PCP.

3. Apreciação e votação de Pareceres da CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU E AO CONSELHO NOVAS INICIATIVAS OPERACIONAIS NA COOPERAÇÃO ENTRE A UE E A TURQUIA NO DOMÍNIO DA MIGRAÇÃO - COM(2016)166, objeto de relatório da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.

Deputada Autora de Parecer: Rubina Berardo (PSD)

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo para envio

Apresentou o parecer a Senhora Deputado Rubina Berardo.

O Senhor Deputado Vitalino Canas interveio referindo que a data desta iniciativa é anterior ao Acordo UE-Turquia pelo que o seu envio às instituições neste momento não faz sentido.

A Senhora Deputado Isabel Pires (BE) usou da palavra para referir que os pareceres servem para o acompanhamento político e, uma vez que continua a ser um assunto da ordem do dia, deve ser enviado o parecer com a opinião da relatora.

A Senhora Deputada relatora, Rubina Berardo (PSD), mencionou que a iniciativa foi distribuída e por isso cumpre à Comissão analisá-la e que o facto



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 96/XIII/ 2.ª SL

de ser extemporâneo não se aplica, sendo necessário mostrar que continua o acompanhamento desta temática.

A Senhora Presidente da Comissão, Deputado Regina Bastos, interveio concordando com a atualidade do tema e envio do parecer.

Uma vez submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do GP do PCP.

b) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a Decisão de Execução do Conselho, de 12 de maio de 2016, que estabelece uma recomendação quanto à realização de controlos temporários nas fronteiras internas em circunstâncias excecionais que ponham em risco o funcionamento global do espaço Schengen - COM(2016)635, objeto de relatório da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.

Deputado Autor de Parecer: Duarte Marques (PSD)

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo para envio

Apresentou o parecer o Senhor Deputado António Costa Silva, em substituição do Senhor Deputado Duarte Marques.

Uma vez submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do GP do PCP.

4. Nomeação de Deputados Autores de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis (reformulação) - COM(2016)767, objeto de relatórios da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas e da Comissão de



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 96/XIII/ 2.ª SL

Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação.

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao autor permanente do Dossiê VII, Maria Luís Albuquerque (PSD)

Iniciativa sinalizada pela CAE - Protocolo 2 - prazo para envio 17/05/2017

5. Aprovação e votação da ata n.º 94, de 23 de março de 2017.

Uma vez colocada a discussão e votação, a ata n.º 94, de 23 de março de 2017 foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do GP do PCP.

6. Outros assuntos.

A Senhora Presidente deu nota que, relativamente à deslocação da CAE a um país candidato à União Europeia, os serviços encetaram os primeiros contactos para a preparação desta visita à Albânia.

Foi assim contactada a Comissão para a Integração Europeia do Parlamento da Albânia que deu conta da impossibilidade de nos receber nas datas indicadas (recordo que estavam destinadas a esta viagem as datas entre 5 e 15 de junho, tendo em conta o calendário apertado que teremos nos próximos meses) uma vez que o Parlamento albanês será dissolvido em maio e haverá eleições em junho.

Mostraram no entanto vontade em nos receber, pelo que propõem que a visita seja adiada para o final de setembro.

Deixando a questão à consideração dos Senhores Deputados, considerou-se que o final de setembro não seria o período adequado, devendo ser mantido o país de destino mas para uma visita no final do mês de outubro.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 96/XIII/ 2.ª SL

A reunião foi encerrada às 18:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 abril 2017

A PRESIDENTE

(REGINA BASTOS)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 96/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Oliveira
António Cardoso
António Costa Silva
António Sales
Carla Tavares
Eurico Brilhante Dias
Filipe Anacoreta Correia
Francisca Parreira
Inês Domingos
Isabel Pires
João Galamba
Miguel Morgado
Paula Santos
Regina Bastos
Rubina Berardo
Vitalino Canas
António Leitão Amaro
Luís Moreira Testa
Miguel Tiago

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
Carlos Costa Neves
Carlos Pereira
Duarte Marques
Maria Luís Albuquerque
Moisés Ferreira
Pedro Mota Soares

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: